**AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2023/SESMT
PROCESSO (SIGADOC) Nº SES-PRO-2023/35593**

A Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, instituída pela Portaria n. 244/2023/GBSES publicada em 11/04/2023, tornam público que a licitação em epígrafe, referente ao **CHAMAMENTO PÚBLICO nº 006/2023/SES/MT** cujo objeto consiste em **“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, INCLUINDO EXAMES E CONSULTA PARA AVALIAÇÃO CIRÚRGICA PRÉ E PÓS-OPERATÓRIOS, PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO”**, CUJA O INÍCIO PARA O CREDENCIAMENTO ESTÁ AGENDADA PARA A DATA DE 11/09/2023, SERÁ **SUSPENSA**, para análise dos pedidos de esclarecimento ao edital, e adequações, caso necessário. A nova data será agendada posteriormente e estará disponível no site da Administração, onde se encontra hospedado o Edital, e todas as operações relativas ao certame estarão no site da Secretaria de Estado de Saúde Link: <http://www.saude.mt.gov.br/licitacao-editais>. Contato: E-mail cpl@ses.mt.gov.br e (65) 3613-5410 - Coordenadoria de Aquisições. Cuiabá-MT, 11 de setembro de 2023.

Elton Carvalho da Silva Filho
Presidente da Comissão de Licitação - SES/MT
(Original assinado nos autos)

Protocolo 1494441

PORTARIA Nº 662/2023/GBSES

“ALTERA A PORTARIA Nº. 113/2018/GBSES, VEICULADA NO DOE Nº. 27372, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUE ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DA FUNÇÃO DE MÉDICOS REGULADOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE”.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, empossado sob o Ato nº. 5.358/2022, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº. 28.406, de 30 de dezembro de 2022, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pelo Art. 71, da Constituição Estadual, e;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar Nº. 04, de 15 de outubro de 1990; Da Lei Nº. 7.990, de 07 de novembro de 2003; Lei Nº. 8.386, de 09 de novembro de 2005; Lei de Carreira Nº.441 de outubro 2011; Portaria GM/MS Nº. 2048 de 05 de novembro de 2002; Portaria GM/MS Nº. 2.657, de 16 de dezembro de 2004; Portaria GM/MS Nº. 1.559, de 1º de agosto de 2008; Portaria Nº. 2.546, de 27 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde que redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, e da Portaria GM/MS Nº. 1.139, de 10 de junho de 2013.

CONSIDERANDO a Portaria Nº. 113/2018/GBSES, de 25 de outubro de 2018, veiculada no Diário Oficial do Estado sob a edição nº. 27372, páginas 79/82 e que estabeleceu na forma de seus anexos, as atribuições gerais e específicas, tratando-se da função do médico regulador nas unidades descentralizadas e desconcentradas da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 241/2023, que criou o programa Fila Zero na Cirurgia, que busca a redução da fila de espera por cirurgias eletivas de média e alta complexidade em Mato Grosso, que contempla as especialidades: cardiovascular, geral, ortopédica, urológica, neurológica, ginecológica e oftalmológica, neurologia, otorrinolaringologia, além de exames de imagem, eletrofisiológicos e histopatológicos;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos termos da supracitada Portaria, em especial quanto a premente necessidade de revogação do Art. 3º, que estabelece a Jornada de Trabalho do Profissional Médico Regulador e Supervisor em Regime de Teletrabalho;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a Portaria Nº. 113/2018/GBSES, de 25 de outubro de 2018, veiculada no Diário Oficial do Estado sob a edição nº. 27372, páginas 79/82 e que estabeleceu na forma de seus anexos, as atribuições gerais e específicas, tratando-se da função do médico regulador nas unidades descentralizadas e desconcentradas da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

Art. 2º. Estabelecer, na forma do Anexo Único desta Portaria, as atribuições gerais e específicas dos Médicos Reguladores, nas unidades descentralizadas/desconcentradas da Secretária de Estado de Saúde,

quais sejam.

- I. Regulação Regional (Escritórios Regionais de Saúde);
- II. Regulação de Atendimento Móvel de Urgência;
- III. Regulação de Urgência e Emergência de Leitos Hospitalares e Regulação de Alta Complexidade no Programa de Tratamento Fora do Domicílio

PARÁGRAFO ÚNICO. Estabelecer, em concomitância, as atribuições dos Médicos Supervisores, nas áreas de:

- I. Supervisão de Acesso ao Leito Hospitalar;
- II. Supervisão de Transplante;
- III. Supervisão de Alta Complexidade no Serviço de Tratamento Fora do Domicílio;
- IV. Supervisão de Alta Complexidade no Serviço de Home CARE, e;
- V. Supervisão de Controle e Avaliação.

Art. 3º. Determinar que todos os médicos reguladores e supervisores estejam subordinados administrativamente às chefias imediatas de sua unidade de lotação.

Art. 4º. Revogar o regime de teletrabalho dos profissionais médicos reguladores e supervisores que atuem em todos os serviços listados nos incisos I, II e III do *caput* e dos incisos I, II, III, IV e V do parágrafo único, ambos do Art. 2º.

§ 1º. Será concedido prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação desta Portaria, para transição ao regime de trabalho presencial aos médicos que hoje atuem no regime disposto no *caput*, nos termos desta Portaria.

§ 2º. Fica permitido, sob análise da chefia imediata, exclusivamente aos médicos que atuem em Complexos Reguladores dos Escritórios Regionais de Saúde onde ainda não foram implantadas a Central de Regulação de Urgência e Emergência (CRUE), até a implantação deste último, o regime de teletrabalho.

Art. 5º. Esta Portaria e seu anexo único entram em vigor na data de sua publicação e revoga eventuais disposições em contrário.

**REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.**

Cuiabá-MT, 12 de setembro de 2023.

GILBERTO GOMES DE FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso
(Original Assinado)

ANEXO ÚNICO

1. DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS MÉDICOS REGULADORES

I. Direcionar as demandas administrativas tais como: nomeação, exoneração, férias, licenças, registros de frequência, relatórios de produção, dentre outros, diretamente à chefia imediata; sendo os Médicos Reguladores ligados aos Escritórios Regionais de Saúde - ERS, deverá ser diretamente à Direção do ERS;

II. Informar à gestão imediata a ocorrência de qualquer fato relevante que necessite de providências urgentes;

III. Realizar a revisão contínua dos protocolos clínicos e de regulação, junto à equipe envolvida, a fim de atualizar as normas e as condutas do processo regulatório, conforme orientações técnicas;

IV. Estabelecer contato com hospitais e serviços assistenciais de referência, para melhor desempenho dos serviços regulatórios;

V. Atender ou retornar, o mais brevemente possível, a todas as chamadas e solicitações registradas pelas ferramentas tele-comunicacionais realizadas por profissionais da rede, dentro de sua carga horária de trabalho;

VI. Realizar a regulação médica, exercendo autoridade sanitária para a garantia do acesso baseada em protocolos clínicos e de regulação, classificação de risco e demais critérios de priorização, conforme o prazo estabelecido em protocolo de regulação;

VII. Exercer sua função de médico regulador com isenção de conflito de interesse;

VIII. Realizar o ato regulatório dos pedidos de regulação feitos por meio de APAC - Autorização de Procedimento de Alta Complexidade;

IX. Realizar o ato regulatório dos pedidos de regulação feitos por meio de Sistema de Regulação - SISREG;

X. Receber, analisar, julgar, devolver, negar, regular, autorizar e encaminhar as solicitações de regulação dentro e fora da regional, obedecendo aos termos deste inciso a seguir:

A. aprovação - quando houver pertinência e vaga disponível;

B. devolução - quando houver a necessidade de acréscimo de informações do usuário do SUS inerentes ao: quadro clínico, CID, Código do procedimento, resultado de exames anteriores, conforme exigência do protocolo;

C. negativa - quando não houver pertinência do pedido frente ao que rezam os protocolos clínicos e/ou de regulação e;

D. pendente - em situação de aguardo de vaga, devendo realizar